

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	15
<b>Capítulo I – O princípio da divisão de funções na persecução penal jurisdicional: sob o prisma do estado democrático de direito</b> .....	19
<i>Nilton César Boscaro</i>	
<b>Capítulo II – A esquizofrenia jurídica na decisão do Recurso Extraordinário nº 593.727 do Supremo Tribunal Federal</b> .....	65
<i>José Adonias Gomes dos Santos</i>	
<b>Capítulo III – As fases da persecução penal: a investigação criminal e a fase judicial</b> .....	83
<i>Gustavo Worcki Sato</i>	
<b>Capítulo IV – Das nomenclaturas do polo passivo no processo penal: do indiciado ao condenado (noticiado, suspeito, autuado, investigado, indiciado, acusado (denúncia ou queixa), réu, sentenciado, condenado, autor e parte)</b> .....	111
<i>Felipe Gonçalves Martins</i>	
<b>Capítulo V – Análise da indicação de diligências investigativas pelo Ministério Público na requisição de instauração de inquérito policial</b> .....	129
<i>Nilton César Boscaro</i>	
<i>Higor Vinicius Nogueira Jorge</i>	
<b>Capítulo VI – Desnecessidade de manifestação das partes – acusação e defesa – para a análise de representação de busca e apreensão domiciliar</b> .....	153
<i>Nilton César Boscaro</i>	
<i>Higor Vinicius Nogueira Jorge</i>	

<b>Capítulo VII – A (des)necessidade do indiciamento para a formação da acusação: denúncia ou queixa-crime. Ligação entre tais atos</b> .....	179
<i>Victor de Santana Menezes</i>	
<b>Capítulo VIII – Reflexões sobre o prazo decadencial do art. 38 do Código de Processo Penal e o seu início após a decisão de imputação de autoria pelo delegado de polícia</b> .....	203
<i>Ademir Gasques Sanches</i>	
<i>Ademir Gasques Sanches Júnior</i>	
<b>Capítulo IX – Teoria dos equivalentes implícitos – atividade de investigação criminal pelo ministério público – equiparação a atividade policial – necessidade de controle externo</b> .....	231
<i>Líbero Penello de Carvalho Filho</i>	
<b>Capítulo X – Investigação criminal e a requisição de diligências pelo Ministério Público, sob o prisma do princípio da paridade de armas e do estado de direito</b> .....	271
<i>Marcelo Sales França</i>	
<b>Capítulo XI – Controle externo democrático da atividade de polícia judiciária</b> .....	309
<i>Marcelo Sales França</i>	
<b>Capítulo XII – O controle de constitucionalidade e legalidade das requisições do ministério público nas investigações criminais</b> .....	319
<i>William Garcez</i>	
<i>Joaquim Leitão Júnior</i>	